



**Estratégia**  
Concursos

**27° SIMULADO**

**TJRJ**

**TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA**  
**PÓS-EDITAL**

# Simulado Especial

## 27º Simulado TJ-RJ – Técnico de Atividade Judiciária

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-15-11>**

01 – A B C D E  
02 – A B C D E  
03 – A B C D E  
04 – A B C D E  
05 – A B C D E  
06 – A B C D E  
07 – A B C D E  
08 – A B C D E  
09 – A B C D E  
10 – A B C D E  
11 – A B C D E  
12 – A B C D E  
13 – A B C D E  
14 – A B C D E  
15 – A B C D E  
16 – A B C D E  
17 – A B C D E  
18 – A B C D E  
19 – A B C D E  
20 – A B C D E

21 – A B C D E  
22 – A B C D E  
23 – A B C D E  
24 – A B C D E  
25 – A B C D E  
26 – A B C D E  
27 – A B C D E  
28 – A B C D E  
29 – A B C D E  
30 – A B C D E  
31 – A B C D E  
32 – A B C D E  
33 – A B C D E  
34 – A B C D E  
35 – A B C D E  
36 – A B C D E  
37 – A B C D E  
38 – A B C D E  
39 – A B C D E  
40 – A B C D E

41 – A B C D E  
42 – A B C D E  
43 – A B C D E  
44 – A B C D E  
45 – A B C D E  
46 – A B C D E  
47 – A B C D E  
48 – A B C D E  
49 – A B C D E  
50 – A B C D E  
51 – A B C D E  
52 – A B C D E  
53 – A B C D E  
54 – A B C D E  
55 – A B C D E  
56 – A B C D E  
57 – A B C D E  
58 – A B C D E  
59 – A B C D E  
60 – A B C D E

**PORTUGUÊS****Adriana Figueiredo****Consumo e felicidade**

Patrick Terrien, chef francês e diretor da escola de culinária Le Cordon Bleu, declarou à coluna “As últimas 10 coisas que comprei”, do caderno Vitrine, da Folha, ter comprado champanhe, flores, foie gras, laranjas, cogumelos selvagens, água, jornal, pão, um CD e entradas para o cinema.

O que uma pessoa compra dá uma boa noção de como ela vive. No caso do chef, tudo o que ele comprou foi para o consumo em família, para presentear um amigo e sair com a mulher.

Comprou coisas que não duram nem podem ser exibidas, mas podem tornar a relação entre as pessoas próximas a ele mais agradável e apetitosa.

Mas, na sociedade de consumo, vivemos para sermos felizes por meio do que adquirimos. Paradoxalmente, por meio daquilo que descartamos.

A aquisição de mercadorias satisfaz nossos desejos e providencia nossa felicidade. Mas os desejos são inesgotáveis. Brotam de todo contato que temos com o que existe no mundo. Um dá lugar a outro, e satisfazê-los é tarefa impossível.

Como as mercadorias são produzidas com a finalidade primeira de serem compradas, a sociedade de consumo precisa permanentemente provocar nossa insatisfação com o que temos e ativar nosso desejo pelo que ainda não temos. Toda propaganda de alguma mercadoria sugere, subliminarmente, que aquela que temos está ultrapassada e não pode nos oferecer o que a nova poderá. Não comprá-la é ficar em falta com nós mesmos e não pertencer ao círculo especial dos que já a adquiriram.

Enredados nesse modo-contínuo de insatisfação/descarte/ consumo, compreendemos a máxima da vida: sempre seremos felizes por pouco tempo.

Toda suposta felicidade antecipa uma infelicidade. E, enquanto saltamos de uma infelicidade a outra, a almejada felicidade passa a ser um breve intervalo, sempre imperceptível.

A felicidade, substituída pela satisfação de desejos nunca aplacáveis, jamais é experimentada. O que nos resta é a ansiedade da felicidade.

As compras do chef francês sugerem que ele se desvia dessa sedução consumista. Fruir, mais do que ter. E não apenas o sabor do foie gras ou dos cogumelos, mas o prazer de repartir com amigos e familiares pequenos prazeres. Celebração e simplicidade.

(DULCE CRITELLI, Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq1211200901.htm>. Acesso em: 01/2020. DULCE CRITELLI/FOLHAPRESS. Adaptado.)

**01.** Infere-se do texto que o chef francês

- a) prefere bens de consumo não duráveis porque são mais baratos.
- b) prefere gastar dinheiro com produtos que proporcionem um bem estar imediato a produtos de alta durabilidade, mas que servem apenas para ostentação.
- c) não sabe se planejar financeiramente, já que gasta seu dinheiro com efemeridades.
- d) comprou somente ingredientes de alta qualidade para preparar um jantar para sua esposa
- e) é avarento, já que não adquire bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos.

**02.** De acordo com o texto, o desejo

- a) é inextinguível
- b) denuncia a infelicidade
- c) é estimulado por pratos saborosos
- d) está unicamente condicionado ao que se consome
- e) quando saciado, dá lugar à felicidade.

**3.** Com relação à tipologia textual, é correto afirmar que o texto é predominantemente

- a) descritivo.
- b) informativo.
- c) argumentativo.
- d) narrativo.
- e) prescritivo.

**04.** O vocábulo **como**, no trecho “Como as mercadorias são produzidas com a finalidade primeira de serem compradas” (6º parágrafo) introduz, no período em que ocorre, circunstância de

- a) comparação
- b) conformidade
- c) causa
- d) consequência
- e) concessão

05. Considerando a pontuação do texto, assinale a alternativa correta.

- a) No trecho “Paradoxalmente, por meio daquilo que descartamos” (4º parágrafo) a vírgula foi empregada para isolar um adjunto adverbial deslocado.
- b) Seria mantida a correção do texto, caso o ponto final imediatamente após “experimentada”, no trecho “jamais é experimentada. O que nos resta é a ansiedade da felicidade.” (9º parágrafo) fosse suprimido.
- c) No trecho “Não comprá-la é ficar em falta com nós mesmos” (6º parágrafo) uma vírgula poderia ser inserida, logo após “comprá-la”, sem prejuízo à correção e ao sentido do texto.
- d) As vírgulas que isolam o trecho “na sociedade de consumo” (4º parágrafo) são obrigatórias.
- e) As vírgulas no trecho “Patrick Terrien, chef francês e diretor da escola de culinária Le Cordon Bleu, declarou à coluna ” (5º parágrafo) isolam uma oração intercalada.

06. Considere os itens a seguir.

- I. No trecho “As compras do chef francês **sugerem** que ele se desvia” (10º parágrafo) o verbo em destaque concorda com “compras”.
- II. No trecho “Toda propaganda de alguma mercadoria **sugere**” (6º parágrafo) o verbo em destaque concorda com “mercadoria”.
- III. No trecho “**Brotam** de todo contato que temos com o que existe no mundo” (5º parágrafo) o verbo em destaque concorda com “desejos”

Está correto o que se diz em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I apenas.
- d) III apenas
- e) I, II e III.

07. No trecho “Não comprá-la é ficar em falta com nós mesmos” (6º parágrafo) acima, a forma pronominal “-la” é termo coesivo que retoma

- a) propaganda de alguma mercadoria
- b) mercadoria que temos
- c) sociedade de consumo
- d) nova mercadoria
- e) mercadoria ultrapassada

08. No trecho “As compras do chef francês sugerem **que ele se desvia dessa sedução consumista**” (10º parágrafo), a expressão em destaque

- a) exprime uma circunstância de consequência.
- b) exprime uma circunstância de explicação.
- c) completa o sentido do termo abstrato “compras”.
- d) completa o sentido do verbo “sugere”.
- e) completa o sentido do termo “chef”.

09. A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos caso se suprimisse do texto

- a) o vocábulo **o** em “No caso do chef, tudo o que ele comprou foi para o consumo em família” (2º parágrafo)
- b) a vírgula em “Um dá lugar a outro, e satisfazê-los é tarefa impossível” (5º parágrafo)
- c) a vírgula em “A felicidade, substituída pela satisfação de desejos” (9º parágrafo)
- d) o advérbio **já** em “círculo especial dos que já a adquiriram” (6º parágrafo)
- e) o vocábulo **nos** em “O que nos resta é a ansiedade da felicidade” (9º parágrafo)

10. Em relação às estruturas linguísticas do texto, considere os itens a seguir

I. Seria mantida a correção, mas não o sentido do texto, caso se inserisse o sinal indicativo de crase no trecho “enquanto saltamos de uma infelicidade a outra” (8º parágrafo).

II. Poderia ser acrescentado o vocábulo “o”, imediatamente após “todo”, no trecho “Brotam de todo contato que temos com o que existe no mundo” (5º parágrafo), sem prejuízo à correção do texto.

III. O emprego do acento indicativo da crase no trecho “declarou à coluna” (1º parágrafo) é facultativo.

Está correto o que se diz em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I apenas
- d) II e III.
- e) I, II e III.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Não é um órgão do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, segundo o que estabelece a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (Lei Estadual nº 6.956/15).

- a) os Juizados Especiais e suas Turmas Recursais
- b) o Órgão Especial
- c) as Seções Especializadas
- d) o Conselho da Magistratura
- e) os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

12. De acordo com o texto da LODERJ, marque a alternativa incorreta:

- a) Não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário: aos sábados, domingos e no dia 8 de dezembro (Dia da Justiça); nos dias declarados como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais; segunda, terça e quarta-feira da semana do carnaval; quinta e sexta-feira da Semana Santa; em feriados nacionais, estaduais e municipais, nos municípios sede das respectivas Comarcas.
- b) Os cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais funcionarão diariamente, podendo fazê-lo em regime de meio expediente, das 9 às 12 horas.
- c) O Presidente do Tribunal de Justiça divulgará escala de plantão de magistrados para os dias e horários em que não houver expediente forense.
- d) Por motivo de ordem pública, o Presidente do Tribunal de Justiça poderá decretar o fechamento de fórum ou de qualquer dependência do serviço judiciário, bem como encerrar o expediente respectivo antes da hora legal.
- e) Os prazos processuais ficarão suspensos nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 06 de janeiro, período em que não serão designadas audiências e/ou sessões de julgamento, salvo casos de urgência.

13. Analise as assertivas abaixo conforme a Lei Estadual n.º 4.620/2005:

I. As carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária constituem-se dos cargos de provimento efetivo, com a mesma denominação, cuja estrutura é dividida em classes e padrões, em áreas distintas de atividade.

II. O ingresso nas carreiras do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro será mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos. Em caso de concurso regionalizado, os candidatos serão classificados por região, para os fins de provimento do cargo, só podendo haver remoção para outra região após o fim do estágio probatório, de acordo com a lotação aprovada e observado o interesse da Administração.

III. Integra a remuneração dos serventuários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, além do vencimento, a Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ, correspondente a cem por cento sobre o valor do vencimento do cargo, observada dedicação exclusiva que cumpra carga mínima de oito horas diárias e quarenta horas semanais de trabalho.

IV. É absolutamente vedada a nomeação para os cargos tratado na Lei nº 4.620/2005 de pessoas que estejam respondendo ou sofrido sanção por ato de improbidade administrativa ou que ainda se enquadrem nas condições de inelegibilidade.

Está correto o que se afirma em:

- a) II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, apenas.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**

**Fabiano Pereira**

14. Com base no disposto pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Rio de Janeiro e no Decreto nº 2.479/1979, indique a alternativa correta.

- a) Em caso de dolo ou má fé, o não cumprimento dos deveres pelo servidor será punido com pena de demissão.
- b) Falecendo o irmão de um servidor do Estado do Rio de Janeiro, o servidor poderá faltar até 08 (oito) dias consecutivos, computando-se inclusive sábados, domingos e feriados.
- c) Ao servidor público do Estado do Rio de Janeiro é vedado integrar sociedade empresária de responsabilidade limitada.
- d) A reintegração acarretará a vacância do cargo público.
- e) O exercício da função gratificada por parte de um servidor não prejudica a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**

**Tiago Zanolla**

15. À luz da Consolidação Normativa Judicial, no cumprimento de suas funções, os Juízes Auxiliares da Corregedoria e Servidores habilitados poderão expor manifestação técnica ou jurídica sobre matéria versada em processo administrativo.

Qual o nome do documento a ser expedido

- a) parecer
- b) memorando
- c) manual
- d) ofício
- e) declaração.

**16.** Com base na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta

- a) Provimento é instrumento de caráter normativo externo, por meio do qual, o Presidente do Tribunal organiza seus órgãos e atividades.
- b) Convocação é instrumento pelo qual se convoca Magistrados, Defensores e Membros do Ministério Públicos para participarem de atividades administrativas.
- c) Aviso instrumento de divulgação de notícias de interesse geral, normas, instruções ou orientações uniformizadas voltadas para grupos ou atividades específicas ou não, no âmbito interno e externo.
- d) Ato Reservado é o documento complementar à Rotina Administrativa destinado a reunir informações acerca de informativos (software), produtos, serviços, informações a usuários internos ou externos que, por razões de ordem prática ou técnica, devam permanecer em separado da rotina administrativa e expedidos conforme a Rotina Administrativa.
- e) Memorando é instrumento para determinar providências concernentes ao regime jurídico e a vida funcional do servidor da justiça.

**17.** Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, correição-geral ordinária é realizada

- a) mensalmente pelos juízes de direito
- b) semestralmente pelos juízes corregedores
- c) anualmente pelos juízes de direito
- d) bienalmente pelo Corregedor-Geral de Justiça
- e) sempre que necessário

**18.** De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, a Função Correicional

- a) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor-Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito, nos termos da lei.
- b) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor Nacional de Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito, nos termos da lei.
- c) Consiste na orientação, fiscalização, inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor-Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito e Agentes Delegados, nos termos da lei.
- d) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Presidente do Tribunal de Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito, nos termos da lei.
- e) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor-Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito e Chefes de Secretaria, nos termos da lei.

## **DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Lilian Novakoski**

19. Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) assinale a alternativa incorreta:

- a) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sendo prevista, entre outras situações, a preferência na restituição do imposto de renda.
- b) As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.
- c) Fica assegurado à pessoa com deficiência o recebimento de boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível, quando solicitar.
- d) Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas, poderá ser deferida dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade.
- e) Nos teatros e cinemas deve ser garantido espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, não podendo ser cobrada taxa extra no valor do ingresso.

## **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

**Fabiano Pereira**

20. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), é correto afirmar que:

- a) não há distinção de penalidades na punição aos atos de improbidade administrativa, seja na modalidade de enriquecimento ilícito do agente, seja na modalidade prejuízo ao erário.
- b) não é obrigatória a participação de um agente público para que um particular cometa ato de improbidade administrativa.
- c) a aprovação das contas por parte do Tribunal de Contas não inibe a aplicação de sanções por atos de

improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário.

- d) o mesário que atua em uma seção eleitoral não pode ser sujeito ativo de ato de improbidade administrativa, em virtude do vínculo precário e transitório que mantém com a administração pública.
- e) o servidor público que praticar ato de improbidade administrativa que implique em enriquecimento ilícito ficará sujeito à perda de bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio. Em caso de óbito do agente público autor da improbidade, esse ônus não será extensível aos seus sucessores.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Fabiano Pereira**

21. Acerca da organização da administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) Os bens das Fundações Públicas são impenhoráveis.
- b) Com o objetivo de alcançar os fins constitucionalmente estabelecidos, o poder público possui a prerrogativa de distribuir competências, sem criar nova pessoa jurídica, através do processo de descentralização.
- c) Criadas através de autorização legislativa, as autarquias são uma espécie de pessoa jurídica de direito público.
- d) As sociedades de economia mista estão sujeitas ao controle hierárquico exercido pelos entes da Administração Direta.
- e) Através da descentralização por outorga, a Administração Pública transfere a execução de determinado serviço público à pessoa jurídica de direito privado, mantendo sua titularidade.

**22.** Assinale a alternativa correta, no que se refere aos atos administrativos.

- a) Um ato administrativo discricionário não poderá ser anulado pelo Poder Judiciário.
- b) O ato administrativo vinculado pode ser revogado por motivo de oportunidade e conveniência.
- c) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, motivo pelo qual o Poder Judiciário, no exercício de sua atividade jurisdicional, tem competência para revogar ato administrativo.
- d) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- e) Um ato administrativo de determinado ente da Administração Pública que se mostre inconveniente e inoportuno não poderá ser revogado pelo Poder Judiciário

**23.** No tocante ao controle da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) Entende o STJ que o habeas data é cabível mesmo que não tenha havido recusa de informações por parte da autoridade administrativa.
- b) O controle externo caracteriza-se por ser realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, no âmbito da própria Administração.
- c) Nas ações específicas de controle da Administração Pública incidem prerrogativas ordinariamente conferidas a esta nas ações comuns, tais como juízo privativo e duplo grau de jurisdição.
- d) Em situações excepcionais, o Poder Judiciário poderá apreciar os aspectos reservados à apreciação subjetiva da Administração Pública, conhecidos como mérito (oportunidade e conveniência).
- e) O controle hierárquico se realiza por um Poder ou órgão constitucional independente funcionalmente sobre a atividade administrativa de outro Poder estranho à Administração.

**24.** Julgue as assertivas a seguir sobre a responsabilidade civil do Estado, e assinale a correta.

- a) Mesmo o ato legislativo formal e de efeitos gerais, já declarado constitucional pelo STF, poderá acarretar a responsabilidade civil do Estado.
- b) Não cabe excludente de responsabilidade quando da responsabilização do Estado por atos de seus agentes, conforme preceitua a teoria do risco administrativo.
- c) A culpa concorrente da vítima pode ser utilizada para afastar a responsabilidade civil do prestador de serviço público.
- d) O entendimento do STF é no sentido de que a responsabilidade civil dos prestadores de serviços públicos será objetiva apenas em relação aos usuários de serviços públicos.
- e) A responsabilidade civil do Estado poderá ser primária ou, em casos excepcionais, subsidiária.

Analise as questões a seguir, acerca das licitações públicas.

**25.** O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de revitalizar os canteiros e jardins existentes na sua sede, pretende realizar contratação de serviços de paisagismo. Após pesquisas de mercado, o órgão verificou que o valor de mercado estimado para contratação é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e optou pela contratação de determinada associação de pessoas com deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, com vasta experiência na área de paisagismo.

No caso em tela, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a Administração Pública:

- a) poderá realizar contratação direta da associação, por meio de inexigibilidade de licitação, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- b) deve contratar a sociedade empresária que sair vencedora da licitação, que deverá ser feita na modalidade convite.
- c) desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, poderá contratar diretamente a mencionada associação, mediante dispensa de licitação.
- d) deve contratar a sociedade empresária que sair vencedora da licitação, que deverá ser feita na modalidade concorrência.
- e) deve contratar a sociedade empresária que sair vencedora da licitação, que deverá ser feita na modalidade tomada de preços.

**26.** Ainda sobre licitação, é correto afirmar que

- a) a avaliação do bem e o processo licitatório são indispensáveis quando da alienação de bens da Administração Pública.
- b) é objetivo central da licitação a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, respeitando os princípios norteadores do sistema jurídico, em especial o da isonomia.
- c) A licitação poderá ser sigilosa, sendo acessíveis ao público os atos de exame dos documentos de habilitação, desde que o interesse público prevaleça.
- d) a modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados, convidados em número máximo de 3 (três) pela unidade administrativa, é denominada convite.
- e) concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

**27.** Sobre a modalidade de licitação pregão, assinale a alternativa correta.

- a) Para a aquisição de bens e serviços comuns ou especiais e diferenciados poderá ser adotada a modalidade de licitação pregão.
- b) No pregão, a aquisição do edital por parte dos licitantes é condição necessária.
- c) No pregão, não há qualquer restrição em relação ao valor estimado da contratação.
- d) Na fase externa da licitação, após a convocação dos interessados, serão fixados os prazos para o fornecimento dos bens ou serviços.
- e) Se a licitação for feita na modalidade de pregão, será obrigatória a exigência de garantia de proposta para a aquisição de serviços comuns.

**28.** Acerca dos poderes administrativos, assinale a afirmativa correta.

- a) O abuso de poder, em sua modalidade de desvio de poder, estará explicitado quando ocorre o vício de finalidade do ato administrativo; por outro lado, o abuso de poder por excesso de poder ocorrerá quando o ato administrativo for praticado por agente que exorbite a sua competência.
- b) O poder disciplinar é competente para decidir sobre conflitos de competência, positivos ou negativos, entre subordinados.
- c) A hierarquia está presente na relação existente entre a administração direta e as entidades que integram a administração indireta.
- d) A discricionariedade administrativa não poderá ser limitada por meio do exercício do poder regulamentar.
- e) Tendo o agente público atuado fora dos limites de sua competência, cometerá abuso de poder, por ter agido com desvio de finalidade.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Nelma Fontana**

**29.** O Governo do Paraguai ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina de Itaipú. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

**30.** O estado do Rio de Janeiro legislou e concedeu aos jovens de até 21 anos de idade a “meia entrada” em eventos culturais, isto é, o desconto de 50% no valor do ingresso para shows, cinemas e teatros. A respeito do assunto, conforme fixado pela Constituição Federal e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a lei estadual é

- a) inconstitucional, por invadir a competência da União para legislar sobre contratos.
- b) constitucional, uma vez que compete aos estados legislar sobre normas específicas do direito econômico.
- c) constitucional, porque é competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro.
- d) inconstitucional, pois o Rio de Janeiro apenas poderia legislar sobre o assunto se tivesse lei complementar federal delegando aos estados a competência para dispor sobre a matéria.
- e) constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre direito econômico e financeiro.

**31.** O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro julgou válida a Lei estadual 100/2018 contestada em face de lei federal 1.500/2015. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- c) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) Recurso extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça

**32.** Indique a alternativa que contenha competência do Presidente da República delegável aos Ministros de Estado.

- a) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição.
- b) acreditar representantes diplomáticos de Estados estrangeiros.
- c) conceder indulto.
- d) presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- e) conferir condecorações e distinções honoríficas.

**33.** Indique a alternativa que contenha competência do Congresso Nacional exercida sem a sanção presidencial.

- a) telecomunicações e radiodifusão.
- b) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- c) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) fixar os subsídios dos Ministros de Estado.
- e) concessão de anistia;

**34.** A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos em que prevê expressamente em seu texto. Conforme disposto na Lei Maior, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) Ministro das Relações Exteriores.
- b) Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- c) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Deputado Federal.
- e) General do Exército.

**35.** “A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar” (artigo 124, § único, da CF/88). A norma constitucional, segundo classificação de José Afonso da Silva tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata e direta.
- e) imediata e diferida.

**36.** Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador do Rio de Janeiro tem poderes para, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Uma liminar não é suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL****Ricardo Torques**

**37.** O Código de Processo Civil, em relação às ações fundadas em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis, estabelece como regra geral de competência o foro de domicílio do réu. No entanto, existem inúmeras situações que fogem à regra em razão da sua especificidade. Com base no CPC, assinale a alternativa correta quanto à competência:

- a) Pedro reside no Município X, mas desenvolve todas as suas atividades laborais no Município Y. Nesse caso, Pedro deverá ser demandado obrigatoriamente no Município X.
- b) Mariana e Cecília, rés em uma ação de indenização, residem em domicílios distintos e, por isso, a ação deverá ser proposta no foro de domicílio do autor.
- c) David, réu em uma execução fiscal, deverá ser processado e julgado no foro da capital do Estado.
- d) Compra Certa, sociedade sem personalidade jurídica, deverá ser demandada no foro do lugar onde exerce suas atividades.
- e) Arianne, ré numa ação de reparação de dano, deverá responder à demanda no foro do domicílio do autor.

**38.** Os juízos poderão formular entre si pedido de cooperação para prática de qualquer ato processual. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) O pedido de cooperação jurisdicional só será atendido se o juízo demandado entender cabível o pedido formulado pelo juízo demandante.
- b) O pedido de cooperação tem forma específica e deverá seguir os requisitos estabelecidos no Código de Processo Civil.
- c) A cooperação jurisdicional poderá ser executada como auxílio direto, reunião ou apensamento de processos, prestação de informações e atos concertados entre os juízes cooperantes.
- d) Não é possível a utilização da cooperação jurisdicional para fins de reunião ou apensamento de

processos, visto que só poderá ocorrer no âmbito do mesmo juízo.

- e) Os juízes cooperantes poderão efetivar citações, intimações ou notificações, obter e apresentar provas e coletar depoimentos, mas não poderão visar a efetivação de tutela provisória.

**39.** Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Como desdobramento do Princípio da Boa-fé, o Código de Processo Civil apresenta regramento quanto à litigância de má-fé e a aplicação de multa quando constatada tal prática. Desse modo:

- a) A aplicação de multa por litigância de má-fé prescinde de requerimento da parte prejudicada.
- b) Verifica-se a litigância de má-fé quando o réu deduzir defesa contra fato controverso.
- c) A multa por litigância de má-fé deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa e será paga à Fazenda Pública estadual ou federal, a depender do caso concreto.
- d) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 5 (cinco) vezes o valor do salário-mínimo
- e) A multa por litigância de má-fé deverá ser superior a dez por cento e inferior a vinte por cento do valor corrigido da causa e será paga à parte prejudicada.

**40.** Quando duas ou mais pessoas litigam no mesmo processo, em conjunto, diz-se que há litisconsórcio. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- b) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos e todos têm o direito de promover o andamento do processo, devendo ser intimados dos respectivos atos.
- c) O litisconsórcio será unitário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- d) A sentença de mérito será nula para os que não foram citados, quando proferida sem a integração do contraditório.
- e) Diz que há litisconsórcio necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

**41.** Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. Com base no CPC, pode-se afirmar:

- a) Na contagem de prazo processual ou material em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- b) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, sendo vedada a realização de audiências e sessões de julgamento.
- c) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz deverá prorrogar os prazos por 30 (trinta) dias.
- d) O juiz é livre para reduzir os prazos peremptórios sem anuência das partes.
- e) Havendo calamidade pública reconhecida, o juiz deverá prorrogar o prazo por 30 (trinta) dias.

**42.** A tutela provisória poderá fundamentar-se em urgência ou evidência. A tutela de urgência, por sua vez, poderá ser cautelar ou antecipada e concedida em caráter antecedente ou incidental. Sobre a tutela provisória, coaduna-se com as previsões do CPC a seguinte proposição:

- a) A tutela provisória requerida em caráter antecedente dispensa o pagamento de custas.
- b) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo e não poderá ser revogada ou modificada.
- c) Durante o período de suspensão processual, a tutela provisória sempre conservará sua eficácia.
- d) O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória devendo observar, no que couber, as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença.
- e) Exige-se fundamentação clara e precisa apenas nas decisões que negam ou revogam a tutela provisória, sendo dispensada a fundamentação quando conceder ou modificar.

**43.** Em relação ao cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, pode-se afirmar:

- a) O cumprimento da sentença far-se-á a requerimento do exequente ou de ofício pelo magistrado.
- b) O executado será intimado para pagar o débito em 10 (dez) dias.
- c) Caso o executado não efetue o pagamento voluntário no prazo de 10 (dez) dias, o débito será acrescido de multa de 10 (dez) por cento.
- d) O pagamento parcial do débito impede a incidência de multa e honorários advocatícios.
- e) Caso o executado não efetue o pagamento voluntária e tempestivamente, será expedido mandado de penhora e avaliação.

44. O mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Sobre esse importante remédio constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, a lei exige a formação de um litisconsórcio ativo.
- b) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 15 (quinze) dias, quando notificado judicialmente.
- c) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- d) Poderá ser concedido o mandado de segurança em razão de decisão judicial transitada em julgado.
- e) É possível impetrar mandado de segurança em face de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Renan Araujo**

45. José praticou crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa), tendo sido instaurado inquérito policial para apurar as circunstâncias do fato. No curso do inquérito, a autoridade policial recebeu notícia de que José havia falecido, tendo sido apresentada certidão de óbito pelo advogado do indiciado. Nesse caso:

- a) o inquérito policial seguirá seu curso normal, eis que a morte do indiciado não gera extinção da punibilidade

- b) a própria autoridade policial poderá mandar arquivar os autos do inquérito
- c) o arquivamento do inquérito policial fará coisa julgada material, mas caso se comprove que a certidão de óbito é falsa, poderá ser retomada a persecução penal
- d) o arquivamento do inquérito policial não fará coisa julgada material
- e) o arquivamento do inquérito policial fará coisa julgada material, ainda que se comprove tratar-se de certidão de óbito falsa

46. O CPP brasileiro estabelece que a lei processual penal se aplica desde logo, inclusive aos processos que já estão em curso, mas não prejudica a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, consagrando o chamado princípio do efeito imediato da lei processual penal. Nesse caso, podemos dizer que foi adotado o sistema:

- a) do isolamento dos atos processuais
- b) da unidade processual
- c) do isolamento das fases processuais
- d) franco-belga
- e) misto

**47.** Zenon foi insultado por Ramón e Frederico, sendo chamado de “gordo”, “careca” e “botijão com patas”, por conta de sua compleição física. Em se tratando de crime de injúria simples, Zenon ajuizou queixa-crime em desfavor de Ramón e Frederico. No curso do processo, Zenon se acertou com o amigo Ramón, mas ainda desejava continuar processando Frederico. Nesse caso:

- a) Zenon poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Ramón, mas manter o processo contra Frederico
- b) Zenon poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Ramón, mas tal renúncia se estenderá a Frederico
- c) Zenon não poderá abrir mão da ação penal privada ajuizada
- d) Zenon poderá oferecer o perdão do ofendido a Ramón, mas tal perdão se estenderá a Frederico; o direito de aceitação, porém, será individual de cada agente
- e) Zenon poderá oferecer o perdão do ofendido a Ramón, e tal perdão não se estenderá a Frederico

**48.** Maria foi vítima do crime de estupro de vulnerável (pena: reclusão de 08 a 15 anos), crime este praticado, em tese, por Alberto. No curso do processo, o Ministério Público pleiteou a absolvição, por falta de provas. O Juízo, a seu turno, proferiu sentença absolutória, por falta de provas, com base no princípio “*in dubio pro reo*”. Maria, que até então não atuava como assistente de acusação, pretende se habilitar como assistente. Nesse caso, Maria:

- a) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, de forma que deverá ser refeita a instrução, proferindo-se nova sentença ao final
- b) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, desde que o faça antes do início do prazo recursal

- c) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, recebendo o processo no estado em que se encontrar
- d) não poderá mais requerer sua habilitação como assistente de acusação, eis que já proferida sentença
- e) em caso de indeferimento do pedido de habilitação, caberá recurso em sentido estrito

**49.** Héctor, mexicano, praticou no Brasil um crime de roubo simples (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa). O MP ofereceu denúncia em desfavor de Héctor, perante a 01ª Vara Criminal de Petrópolis-RJ, indicando como endereço o número 800 da Rua do Imperador, Centro, Petrópolis-RJ. O Juízo recebeu a denúncia e determinou a citação de Héctor no endereço indicado. Lá chegando, o Oficial de Justiça recebeu do porteiro a informação de que Héctor não mais residia no local, tendo se mudado há dois anos, aproximadamente, e que estaria residindo no Uruguai, embora não se tenha o endereço exato.

Nesse caso, Héctor deverá ser citado:

- a) Por carta precatória
- b) Por carta rogatória, dirigida ao Uruguai
- c) Por carta rogatória, dirigida ao México
- d) Por hora certa
- e) Por edital

**50.** No procedimento comum pelo rito sumário, é correto afirmar que:

- a) cada parte poderá arrolar até 05 testemunhas, e as alegações finais serão necessariamente escritas
- b) cada parte poderá arrolar até 08 testemunhas, e as alegações finais serão necessariamente escritas
- c) cada parte poderá arrolar até 08 testemunhas, e as alegações finais serão necessariamente orais
- d) cada parte poderá arrolar até 05 testemunhas, não havendo fase de alegações finais
- e) cada parte poderá arrolar até 05 testemunhas, e as alegações finais serão necessariamente orais

**51.** O desaforamento, cabível nos processos que tramitam pelo rito do júri, é o deslocamento da competência territorial para o julgamento pelo Tribunal do Júri. Acerca do desaforamento, o CPP estabelece que:

- a) Será cabível se o interesse da ordem pública o reclamar, mas não por risco à segurança pessoal do acusado
- b) Somente poderá ser requerido pelo MP ou pelo assistente de acusação
- c) Será cabível em caso de comprovado excesso de serviço, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 06 meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
- d) A dúvida sobre a imparcialidade dos jurados autoriza a decretação do desaforamento pelo Juiz-presidente do Tribunal do Júri, de ofício.
- e) Será cabível mesmo que ainda pendente recurso contra a decisão de pronúncia

**52.** Diego praticou crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). Ao oferecer denúncia, o MP ofereceu proposta de suspensão condicional do processo, que foi aceita pelo acusado e seu defensor, tendo sido homologada pelo Juiz, que suspendeu o processo.

Nesse caso, haverá revogação obrigatória do benefício se Diego:

- a) vier a ser processado por outro crime ou contravenção
- b) descumprir a condição de comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades
- c) se ausentar da comarca onde reside, sem autorização do Juiz
- d) não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano

e) vier a ser investigado em inquérito policial pela prática de crime hediondo

## LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

**53.** Os livros de folhas soltas conterão até

- a) 30 folhas
- b) 50 folhas
- c) 100 folhas
- d) 200 folhas
- e) 300 folhas

**54.** Considere

I – indicação, feita pelo Presidente, de servidor do Tribunal, bacharel em Direito, para provimento de cargo em comissão de Secretário-Chefe da Secretaria Geral;

II - permuta ou remoção voluntária dos Servidores, de uma para outra Câmara;

III – assuntos de ordem interna, mediante convocação especial do Presidente, para esse fim, por iniciativa própria ou a requerimento de um ou mais Desembargadores;

IV - permuta ou remoção voluntária dos Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.

V - realização de concurso para ingresso na Magistratura de carreira, e respectivo regulamento.

Segundo o Regimento Interno, cabe ao Órgão Especial deliberar sobre

- a) Apenas em I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e IV
- c) Apenas I e II
- d) Todos os itens
- e) Apenas em I, III, IV e V

**55.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, houve a comprovação, mediante valoração do agente, de situação ou de fato transeunte concernente a Administração.

O nome do instrumento utilizado para essa manifestação é

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

**56.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, o instrumento que estabelece a forma de execução de processos de trabalho expedida conforme determinado na Rotina Administrativa Geral;

- a) rotina administrativa
- b) manual
- c) declaração
- d) atestado
- e) certidão

**57.** Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, a função correicional que consiste na fiscalização normal é denominada

- a) Correição-Geral Ordinária
- b) Correição-Geral Extraordinária
- c) Correição Ordinária
- d) Correição Extraordinária
- e) Visita Correicional

**58.** De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, as ações do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher serão autuadas pela capa

- a) Branca
- b) Rosa
- c) Verde
- d) Cinza
- e) Verde

**59.** De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, as ações de Recuperações Judiciais serão autuadas pela capa

- a) Branca
- b) Rosa
- c) Verde
- d) Cinza
- e) Verde

**60.** Como regra, os autos de processo terão até

- a) 30 folhas
- b) 50 folhas
- c) 100 folhas
- d) 200 folhas
- e) 300 folhas

## Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-15-11>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>